

resenhas educativas
uma revista de resenhas de livros



Rudduck, Jean e Flutter, Julia. (2007) *Cómo mejorar tu centro escolar dando la voz al alumnado*. Madrid: Ediciones Morata.

172 pp.

ISBN 978-84-7112-518-7

Resenhado por Isabel Letícia Pedroso de Medeiros
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Outubro 19, 2008

O livro: *Como mejorar tu centro escolar dando la voz al alumnado* nos traz um debate fundamental sobre um elemento pouco valorizado nos processos de reforma educacional, qual seja, a importância do aporte da perspectiva dos estudantes, do que eles têm a dizer sobre a escola e a aprendizagem, seja através de sua participação direta, ou de observações dos docentes, ou de pesquisas realizadas por agentes internos ou externos às escolas.

O argumento-chave do livro - desenvolvido através de referenciais teóricos, mas principalmente com evidências construídas em diferentes projetos de pesquisa focando a visão dos estudantes sobre a organização escolar -, é o grande potencial da voz dos alunos na transformação das escolas e na efetivação de reformas curriculares que visam a qualidade do ensino para todos.

Após os seis capítulos que trazem diferentes abordagens do tema proposto, nas páginas finais também temos um apêndice com as informações dos diversos projetos de pesquisa citados, além de informações sobre a estrutura do sistema educativo da Inglaterra, País de Gales e Espanha.

O protagonismo juvenil na organização da vida escolar: por quê e como?

No capítulo primeiro, as autoras defendem o pressuposto de que devemos modificar nossa percepção dos estudantes, sejam crianças ou jovens, reavaliar suas capacidades, envolvê-los nos processos de avaliação, tomada de decisão e regulação acerca de sua vida escolar e seu processo de aprendizagem. Esse é um grande desafio, se levamos em conta elementos fundantes da instituição escola: nossas percepções culturais sobre a infância e o vínculo da escola estatal com a reprodução da estratificação social.

A infância, em que pese algumas matizes, é em geral concebida como uma fase da vida caracterizada pela dependência do adulto, pela imaturidade, pela incompletude, pela necessidade de “domesticação” e controle externo, o que remete, em consequência, a uma ação controladora e repressora do adulto e a negação da criança como sujeito. Por outro lado, o vínculo da escola estatal com a reprodução da estratificação social, implementado através da organização de tempos e espaços para a subjetivação do disciplinamento e controle, reforça a regulação e o silenciamento dos estudantes. Além disso, em vários meios sociais, não só na escola, as crianças e jovens não são reconhecidos como um grupo com condições e direitos de participação na vida em sociedade. Todos esses elementos confluem para a naturalização do domínio do adulto sobre crianças e adolescentes, ignorando e desprestigiando seus desejos, vontades, necessidades e

características. A perspectiva proposta pelas autoras demanda, portanto, uma revolução na maneira de conceber a infância e a juventude, na escola e na sociedade mais ampla.

A estratégia para a superação desse paradigma é a escuta atenta ao que pensam e dizem os estudantes sobre a escola, a aproximação e articulação da escola com o mundo mais amplo, bem como a organização de tempos e espaços para a participação efetiva dos alunos na vida escolar. Essa mudança certamente revertecerá implicará na qualificação da escola em todos os sentidos: desde os níveis de aproveitamento escolar e comprometimento dos alunos com sua aprendizagem, até a revitalização da escola como instituição de formação para o convívio social democrático.

O capítulo dois: *Não subestimemos os alunos*, nos lembra que os jovens, em situações fora da escola, enfrentam muitas responsabilidades e desafios, seja nas tarefas domésticas, seja em situações de trabalho. A escola deveria, neste sentido, buscar formas de reconhecer e estimular suas capacidades, constituindo papéis sociais, institucionais e pedagógicos que os estudantes possam assumir, para além das costumeiras funções de vigilância dos companheiros de turma. As autoras propõem as funções de monitoria, de mediação e apoio na resolução de conflitos, de apoio à aprendizagem de colegas, de direção e apoio a eventos culturais da escola; enfim, vários papéis que os estudantes podem assumir com êxito, inserindo-se ativamente na organização do espaço escolar.

As contribuições do segundo capítulo nos fazem pensar sobre a ampliação do papel do jovem e da criança na escola, buscando uma participação mais ativa no planejamento, execução e avaliação da gestão escolar em todas as suas dimensões: administrativa, pedagógica, financeira. O termo estudante pode ser ampliado para novos sentidos, desvinculados dos papéis passivos de escuta, obediência, reprodução.

Em defesa da voz do aluno como mobilizador da mudança

O argumento principal do terceiro capítulo, ilustrado com muitos fragmentos de entrevistas realizadas com estudantes, é o de que os comentários dos alunos nos apontam muitos aspectos práticos a transformar, no sentido de configurar estratégias de melhoria da escola. A voz dos estudantes traz à tona aspectos muitas vezes invisíveis ou desconsiderados pelo mundo adulto, dos pais e docentes. As entrevistas apresentadas versam sobre quatro dimensões escolares: organizativa, individual, pedagógica e social.

Na dimensão organizativa, o capítulo apresenta exemplos de questões aprimoradas nas escolas a partir da escuta dos estudantes: a mudança de etapa dos anos iniciais de escolaridade para os finais, com troca de escola, ampliação do número de professores e disciplinas, que geram muita ansiedade nos jovens; a relação com as tarefas de casa, muitas vezes mal utilizadas e pouco prestigiadas pelos professores; a necessidade de compreensão e adaptação ao novo espaço escolar. Pelas pesquisas, várias escolas, a partir dos depoimentos e avaliações dos estudantes, promoveram mudanças que reverteceram em qualificação da unidade escolar.

Outro tema importante desse terceiro capítulo é a investigação das quedas de rendimento características de determinados anos da escolaridade (no caso, 8º e 3º), a partir das explicações dos próprios estudantes. As pesquisas revelaram percepções bastante claras dos alunos sobre estes problemas, muitas vezes produzidos pela própria cultura e estrutura escolar, tais como o desprestígio pelos anos intermediários, a falta de critério na escolha de professores, a falta de reconhecimento do crescimento e maturidade dos estudantes, na passagem de um ano para o outro. A escuta às explicações e propostas dos estudantes contribui no incremento da organização escolar, buscando solucionar a queda de aproveitamento em alguns anos.

O terceiro capítulo é o mais extenso do livro, trazendo, além dos temas já citados, outros igualmente importantes:

- a necessidade da escola reconhecer e prestigiar o progresso social dos estudantes, atentando para as mudanças que ocorrem a cada ano de vida escolar;

- a importância da atenção dispensada a cada aluno individualmente, buscando romper a cultura da massificação e do anonimato presentes na tradição escolar, dos rótulos e preconceitos;
- a discussão sobre práticas de segregação presentes nas escolas, muitas vezes invisíveis e naturalizadas, mas que são introjetadas profundamente na formação dos sujeitos e na imagem que constroem de si mesmos;
- a problematização da lógica de agrupamento baseada em testes e provas, em detrimento de uma avaliação mais processual e da consideração da diversidade de perfis e características apresentadas pelos estudantes; em suma, temas de vital importância no contexto educacional.

O debate sobre perfis, características, necessidades e potencialidades permite aos alunos estabelecer uma nova visão sobre a avaliação escolar, a auto-regulação do seu processo de aprendizagem e a relativização do fracasso e sucesso escolar. Os rótulos de “fraco” ou “forte” são relativizados, permitindo a construção de uma nova imagem de si e dos colegas como alguém que sabe sobre tal coisa, mas menos sobre outra, tem habilidades em matemática, mas necessita mais ajuda em geografia, etc.

Ainda no mesmo capítulo é discutida a dimensão pedagógica a partir da visão dos estudantes, elencando características do “bom professor” e da “boa aula”, retiradas das entrevistas. Além da análise da confluência e divergência de opiniões entre diferentes escolas, as autoras propõem o acompanhamento do trabalho docente, verificando a presença e frequência dos elementos apontados como facilitadores da aprendizagem na prática cotidiana dos professores. Outro debate desse segmento de texto é a relação entre a escola e a vida pós-escolar; qual a concepção de escola, de mundo e de sujeito que queremos construir com os estudantes, para que encarem com confiança e competência a aprendizagem posterior à vida escolar? Por último, as pesquisas apresentadas vão abordar a dimensão social da escola, os momentos de recreio, a relação entre a vida social e o trabalho escolar, as percepções dos estudantes sobre a escolha dos parceiros para o trabalho escolar, a importância do fomento do trabalho coletivo na formação para a vida pós-escolar. Esse é um capítulo que suscita muitas reflexões sobre a organização dos espaços e tempos escolares.

No quarto capítulo são apresentados argumentos e movimentos em apoio à incorporação da voz dos alunos como alavanca para os processos de reforma educacional. Dentre os argumentos convergentes, são apresentados e comentados: a importância de ajudar os estudantes a desenvolver sua individualidade e identidade; o valor do direito da criança e do jovem de poder expressar suas idéias, opiniões e preocupações; a valorização do conhecimento do jovem sobre suas dificuldades, necessidades e desafios; o reconhecimento e respeito aos jovens como grupo social e cultural com características e capacidades próprias; a preparação do jovem para o exercício da cidadania em uma sociedade democrática.

Dentre os movimentos, são elencados e problematizados:

- O Movimento pelos Direitos das Crianças, que por um lado traz importantes aportes na defesa e proteção das pessoas nesta fase de vida, mas ao mesmo tempo é em geral protagonizado por adultos, que falam “pelos” crianças e adolescentes, na maioria das vezes numa perspectiva tradicional sobre o lugar da criança e do jovem na sociedade;
- Movimento pela Melhoria da Escola, no qual uma grande parte das iniciativas está focada somente na elevação dos níveis de rendimento escolar, concebendo a participação dos estudantes como um elemento, dentre outros, para atingir esse objetivo; mesmo assim, trouxe para o debate pedagógico o tema do protagonismo e participação das crianças e jovens no espaço escolar, possibilitando reflexões e experiências nessa temática;
- Movimento da Educação para a Cidadania, que revitaliza um grande desafio, pois tentativas anteriores nesse sentido não tiveram continuidade nem aprofundamento na história da escola, com muitos episódios de “ensino da democracia” centrados em aspectos formais e descritivos da organização social mais ampla; a proposta que emerge agora em muitos locais é

o de vivenciar a democracia na escola, enquanto comunidade de aprendizagem, e ir além dos aspectos formais, analisando as formas de interação e convivência das pessoas e grupos sociais.

No segmento sobre Educação para a Cidadania, aspectos fundamentais são enfocados em termos conceituais: como percebemos os jovens? Como clientes? Consumidores de serviços? Cidadãos mínimos, reduzidos ao ato do voto? Cidadãos plenos, com ampla e profunda participação na vida social e política? Nossa ação é planejada pensando no jovem como cidadão atual ou futuro? Enfim, muitas questões importantes são colocadas no sentido de caracterizar “qual educação cidadã” queremos praticar na escola.

A escolha entre a passividade e o protagonismo, entre o silêncio e a fala

O quinto capítulo nos indaga sobre o tipo de aluno que queremos atualmente na escola, já que historicamente toda a estrutura escolar pressupunha e forjava um aluno disposto a adaptar-se ao disciplinamento e ao trabalho escolar. A fim de configurar uma personalidade adaptada a uma sociedade na qual muitos fossem controlados por poucos, semelhante a outras instituições (o presídio e o manicômio) a escola buscou uma estrutura rígida, hierárquica, cujos valores eram a obediência, a passividade, o silêncio. Em relação a essa estrutura, os alunos desejáveis eram os que aceitavam docilmente a situação ou lhes eram indiferentes, enquanto os inaceitáveis eram os que rechaçavam o sistema. Não havia lugar para o aluno ativo, questionador, que buscava influir na transformação da estrutura.

Se queremos optar pela formação de um estudante ativo, questionador, curioso, se faz necessário a revisão profunda das tradicionais estruturas e padrões de relação enraizadas na escola. Para isso devemos enfrentar os dilemas entre atender as demandas de uma sociedade competitiva e estratificada ou desempenhar um papel socialmente integrador e democrático, a serviço do direito de todos os alunos terem atendidas suas necessidades e desenvolverem suas características e possibilidades. Portanto, fazer a opção entre ensinar “acerca da democracia” ou “viver a democracia na escola”, enquanto comunidade educativa.

A opção por transformar a estrutura tradicional da escola e reorganiza-la para atender à formação de um aluno ativo, crítico, autônomo, que participe criticamente de seu processo de aprendizagem e da gestão escolar nos desafia a abandonar a facilidade de relação com alunos dóceis e passivos, a autoridade pré-concebida e inquestionável do papel tradicional de professor. Essa mudança altera as relações de poder estabelecidas tradicionalmente na escola. Se fará necessário escutar e implementar concretamente na estrutura da escola as condições de aprendizagem solicitadas pelos estudantes.

O sexto capítulo, nessa direção, defende o potencial transformador da voz dos alunos. Para considerar radicalmente a voz dos estudantes como elemento organizador da escola, temos necessariamente que buscar superar um modelo tecnicista preocupado com o rendimento, eficiência e eficácia, estruturado hierarquicamente em termos de responsabilidades e autoridade, para um novo modelo, que presuma a totalidade, a conexão, a complexidade, um modelo colaborativo e solidário de responsabilidade e autoridade. Conforme dizem as autoras, passar de um modelo de organização de aprendizagem para uma comunidade de aprendizagem. Quando passamos a ouvir os estudantes, nós, professores, ampliamos nossa perspectiva, temos a possibilidade de ver por um novo ângulo. Para isso, temos de nos preparar e exercitar a capacidade de ver o habitual de outra maneira, de buscar alternativas e inovações na prática pedagógica e na relação com os alunos.

Nesta direção, se apresentam algumas demandas e desafios:

- a formação continuada, que proporcione aos docentes a reflexão crítica sobre seus pontos de vista e suas práticas;
- a reorganização do tempo escolar, redefinindo prioridades, sintonizando com as propostas dos alunos;

- a reorganização do espaço escolar, removendo “barreiras” físicas e simbólicas, permitindo aos estudantes transitar por áreas antes interdidas, criando locais diversos para estar em atividades dirigidas e não dirigidas;
- a atenção com a linguagem, já que ela pode ser instrumento de expressão, mas também de interdição de grupos de estudantes, por não dominar a forma de linguagem valorizada na escola e na sociedade, o que demanda estratégias específicas para lidar com essas diferenças, para que não reforcem desigualdades.

Por fim, o livro também ressalta a importância de não só observar ou interessar-se pela perspectiva dos alunos, mas por ouvir sua voz, sua fala, fomentar espaços de participação que promovam mudanças efetivas, de *status* do aluno e do professor. A tarefa do professor interessado nesse movimento é ajudar os alunos, e entre estes, os grupos mais marginalizados, a passar do silêncio e da invisibilidade à possibilidade de influenciar e serem reconhecidos.

Além disso, uma grande qualidade do livro é não antagonizar a busca por um melhor rendimento escolar do objetivo de educar e formar integralmente o cidadão. As autoras apresentam o reflexo positivo, através de pesquisas e exemplos concretos, de melhoria da escola nas duas dimensões: ouvindo os estudantes, podemos planejar estratégias facilitadoras da aprendizagem e do aproveitamento escolar, ao mesmo tempo em que, dando voz aos estudantes, podemos passar de uma instituição organizada para dar conta da aprendizagem e transmissão de conhecimentos a uma comunidade educativa, cujas relações são mediadas por uma gramática democrática.

No contexto educacional atual, muitas reformas estão sendo empreendidas, buscando a transformação e a melhoria da qualidade na educação. A leitura do livro aqui apresentado é uma contribuição fundamental para que não releguemos um tema que costuma ser facilmente esquecido: aportar, como elemento fundamental e garantia de mudança efetiva, a perspectiva e a voz dos estudantes. Um processo de mudança em educação deve trazer para sua agenda a voz dos historicamente silenciados. É sobre isso que o livro trata e defende.

Acerca da autora da resenha: Isabel Leticia Pedroso de Medeiros é professora da rede pública municipal de ensino de Porto Alegre – RS/ BR, atualmente diretora geral da Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre – RS/BR. Atua também como docente em cursos de educação à distância na área da Educação. É Mestre em Política e Gestão da Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ BR e doutoranda na mesma Universidade e Linha de Pesquisa.

Resenhas Educativas/ Education Review

publica resenhas de livros recém-lançados na Educação, abrangendo o conhecimento e a prática em sua totalidade.

Todas as informações são avaliadas pelos editores:

•

Editor para Espanhol e Português

Gustavo E. Fischman
Arizona State University

•

Editor Geral (inglês)

Gene V Glass
Arizona State University

•

Editora de Resenhas Breves (inglês)

Kate Corby
Michigan State University

As resenhas são arquivadas e sua publicação divulgada por meio da listserv (EDREV).
Education Review é um signatário da Budapest Open Access Initiative.

